2.10 — Reconhecer como acidentes de trabalho os sofridos por trabalhadores em regime de direito privado e autorizar o processamento das correspondentes despesas, nos termos da legislação aplicável;

2.11 — Autorizar o gozo e acumulação de férias e aprovar o respectivo plano anual;

2.12 — Distribuir o pessoal pelos serviços do Hospital;

2.13 — Decidir dos pedidos de concessão do estatuto de trabalhador-estudante;

2.14 — Autorizar deslocações em serviço, bem como o processamento dos correspondentes abonos e ajudas de custo, assim como as despesas com aquisição de bilhetes ou títulos de transporte;

2.15 — Autorizar os funcionários ou agentes a comparecer em juízo, quando requisitados nos termos da lei de processo;

2.16 — Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados no processo individual dos funcionários e agentes, bem como a restituição de documentos aos interessados;

2.17 — Autorizar a destruição de documentos de concursos ou outros, nos termos da legislação em vigor;

2.18 — Solicitar aos órgãos centrais informações e pareceres;

2.19 — Assinar a correspondência e expediente necessários à execução das decisões proferidas nos processos, bem como autorizar publicações na imprensa diária e no *Diário da República*.

3 — São autorizadas as subdelegações destas competências no pessoal dirigente ou equiparado.

4 — A presente deliberação produz efeitos desde 14 de Março de 2005, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados no âmbito dos poderes ora subdelegados.

12 de Julho de 2004. — O Vogal Executivo do Conselho de Administração, *José Alberto Ferraria Neto*.

Despacho n.º 24 769/2005 (2.ª série). — *Delegações de competências.* — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º, 36.º e 37.º do Código do Procedimento Administrativo e do preceituado no n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, e no uso da faculdade conferida pelo despacho n.º 21 428/2002, de 23 de Agosto, do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 3 de Outubro de 2002, o presidente do conselho de administração do Hospital de Curry Cabral, Dr. Joaquim Pedro Canas Mendes, subdelega no vogal do conselho de administração, Dr. José Alberto Ferraria Neto, as seguintes competências:

1 — Na área da gestão assistencial, orçamental e realização de despesa:

1.1 — Acompanhar e avaliar sistematicamente a actividade desenvolvida pelo Hospital de Curry Cabral, designadamente responsabilizando os directores e responsáveis dos serviços, pelos meios postos à sua disposição e pelos resultados atingidos, nomeadamente em termos de qualidade de serviços prestados;

1.2 — Celebrar contratos-programa, de harmonia com a alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do regime jurídico de gestão hospitalar, aprovado pela Lei n.º 27/2002, de 8 de Novembro;

1.3 — Propor à Administração Regional de Saúde a celebração de contratos com entidades privadas e sociais não previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, em conjugação com a alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do regime jurídico de gestão hospitalar, aprovado pela Lei n.º 27/2002, de 8 de Novembro;

1.4 — Tomar conhecimento e determinar as medidas adequadas, se for caso disso, sobre as queixas e reclamações apresentadas pelos utentes;

1.5 — Assinar termos de responsabilidade relativos às deslocações de utentes a outras unidades de saúde para efeitos de realização de exames, meios complementares de diagnóstico e outros tratamentos que o Hospital de Curry Cabral não tenha condições de prestar;

1.6 — Autorizar a realização de ensaios clínicos e terapêuticos nos termos da lei, ouvida a comissão de ética;

1.7 — Autorizar, nos termos do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 6.º Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, a introdução de novos medicamentos e outros produtos de consumo hospitalar, desde que deles resultem incidências qualitativas ou económicas, no plano assistencial e numa perspectiva de normalização de produtos;

1.8 — Acompanhar a execução do orçamento, aplicando as medidas destinadas a corrigir os desvios em relação às previsões realizadas, designadamente no orçamento económico e no orçamento-programa;

1.9 — Assegurar a regularidade da cobrança das receitas e da realização e pagamento da despesa do Hospital de Curry Cabral;

1.10 — Autorizar despesas com seguros, não previstas no n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, nos termos e sem prejuízo do disposto no mesmo preceito;

1.11 — Proceder à anulação de facturas até ao montante de € 5000 por factura;

1.12 — Dar balanço mensal à tesouraria;

1.13 — Determinar a reposição de dinheiros públicos e participar à administração fiscal as faltas de pagamento, para efeitos de cobrança coerciva;

1.14 — Autorizar a constituição de fundos permanentes das dotações do respectivo orçamento, com excepção das rubricas referentes a pessoal, até ao limite de um duodécimo;

1.15 — Autorizar a realização de arrendamentos para a instalação dos serviços, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e aprovar as minutas e celebrar os respectivos contratos, quando a renda anual não exceda € 200 000.

2 — Na área de gestão de recursos humanos:

2.1 — Nomear e designar o pessoal dirigente, as chefias e os responsáveis pelos serviços hospitalares;

2.2 — Nomear pessoal dirigente e de chefia em regime de substituição e fazer cessar as respectivas situações;

2.3 — Conferir posse ao pessoal dirigente;

2.4 — Empossar o pessoal e autorizar os funcionários e agentes a tomarem posse em local diferente daquele em que foram colocados, prorrogar o respectivo prazo, solicitar que aquela seja conferida pela autoridade administrativa ou por agente diplomático ou consular;

2.5 — Aprovar as listas de antiguidade do pessoal e decidir das respectivas reclamações;

2.6 — Homologar as classificações de serviço atribuídas ao pessoal, bem como proceder à designação dos notadores, incluindo os que forem dirigentes ou chefias;

2.7 — Fixar os horários de trabalho específicos e autorizar os respectivos pedidos, nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 159/98, de 18 de Agosto;

2.8 — Autorizar as comissões de serviço gratuitas, até ao limite permitido na lei;

2.9 — Autorizar a inscrição e participação de funcionários, agentes e pessoal contratado em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que ocorram fora do território nacional, incluindo os destinados a assegurar a presença portuguesa em quaisquer reuniões ou instâncias de âmbito comunitário, bem como as comissões gratuitas de serviço, previstas no n.º 3 do despacho n.º 23/87, de 25 de Novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7, de 9 de Janeiro de 1998;

2.10 — Autorizar pedidos de equiparação a bolsheiro no território nacional ou no estrangeiro.

3 — São autorizadas as subdelegações destas competências no pessoal dirigente ou equiparado.

4 — A presente subdelegação produz efeitos desde 14 de Março de 2005, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo vogal executivo no âmbito dos poderes ora subdelegados.

12 de Julho de 2004. — O Presidente do Conselho de Administração, *Joaquim Pedro Canas Mendes*.

Hospital Amato Lusitano — Castelo Branco

Aviso n.º 10 935/2005 (2.ª série). — Nos termos do artigo 38.º e do n.º 2 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, e após homologação do conselho de administração de 20 de Outubro de 2005, faz-se pública a lista de classificação final dos candidatos admitidos ao concurso n.º 01/2005, concurso interno geral de ingresso para enfermeiro, nível 1, aberto pelo aviso n.º 2550/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 51, de 14 de Março de 2005, com a posterior rectificação n.º 543/2005, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 68, de 7 de Abril de 2005:

Número de ordem	Nome	Classificação
1.º	Olinda Maria Cebola Monsanto Gonçalves	17,69
2.º	Leonel Martins Grencho	17,64
3.º	Filomena da Conceição Pinto Correia Martins	17,5
4.º	Filipe Manuel Aleixo Dias	17,23
5.º	Paula Maria Roque Gonçalves Almeida Matos	17,14
6.º	Rui Filipe Peres Alves	17,01
7.º	Nuno António Caldeira da Fonseca	16,98
8.º	João Pedro Oliveira Valente	16,91
9.º	David José Almeida Gadanho	16,86
10.º	Paulo Miguel da Fonseca Santos	16,82
11.º	Vanda Sofia Sutre Cerdeira	16,77
12.º	Susana Patrícia Capelo de Jesus Oliveira	16,66
13.º	Sílvia Manuela Cardoso dos Santos	16,62
14.º	Sílvia Cristina Gil Mendes Lucas	16,58
15.º	Pedro Miguel Dias Sequeira	16,5
16.º	Teresa Maria Nunes Ramos	16,48